

**HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE, POLÍTICA E IMPRENSA:  
CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS PARA UMA PESQUISA  
SOBRE O GOLPE DE 2016 NO BRASIL.**

**HISTORY OF THE PRESENT TIME, POLITICS AND THE  
PRESS: THEORETICAL AND METHODOLOGICAL CONTRIBUTIONS FOR A  
RESEARCH ON THE COUP OF 2016 IN BRAZIL.**

Cássio Augusto Guilherme<sup>1</sup>

**Resumo:** O artigo objetiva apresentar uma colcha coerente, a partir de vários retalhos teóricos e metodológicos, que contribua para uma pesquisa que tem como objeto a análise sobre a atuação da imprensa no golpe de 2016. Discutimos a viabilidade de pesquisas em História do Tempo Presente, apresentamos discussões sobre a História Política e refletimos sobre a imprensa como fonte e objeto de pesquisa a fim de incitar a melhor compreensão da complexa realidade do Brasil atual.

**Palavras-chave:** História; Brasil; Presente; Teorias; Metodologias.

**Abstract:** This article aims to relate coherently points from some theoretical and methodological references that collaborate for a research that has as its object the analysis about the press performance in the 2016 coup. We discuss the feasibility of research in History of Present Time, we present discussions about Political History and reflect on the press as a source and object of research in order to stimulate a better understanding of the complex reality of Brazil.

**Keywords:** History; Brazil; Gift; Theories; Methodologies.

**Introdução:**

O golpe parlamentar – com ativa participação da grande imprensa, setores do poder judiciário e empresarial – desferido contra a democracia brasileira em 2016 abriu a porteira política para o avanço neoconservador nos costumes e para a consolidação do neoliberalismo econômico. O governo instalado pós-golpe promove uma agenda política e econômica rejeitada nas urnas da última eleição presidencial. Com forte apoio da grande imprensa,

---

<sup>1</sup>Professor da Faculdade de História (FaHist) da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). Doutorando em História pela Universidade Estadual de Maringá (UEM).

impõe-se a narrativa de legitimidade constitucional do governo golpista para “reformular” – leia-se destruir – os preceitos constitucionais firmados em 1988.

Diante desse cenário, impõe-se um duplo desafio aos historiadores: primeiro a análise, interpretação e divulgação da história do tempo presente no Brasil; segundo, o que o francês Marc Bloch exemplificou por compromisso social do historiador com seu próprio presente. Enquanto lutava na linha de frente contra a invasão do exército nazista na França e depois tentava fugir da perseguição instalada via governo de Vichy e antes de ser fuzilado pelos nazistas, Bloch refletiu e escreveu sobre os motivos da rápida e fácil derrota francesa frente os alemães (BLOCH, 2011) e também sobre a teoria da História (BLOCH, 2001).

Assim, nosso objetivo é discutir possíveis contribuições teóricas e metodológicas que auxiliem as pesquisas que tenham como objeto a viabilidade de uma História do Tempo Presente (HTP) no Brasil, a imprensa como objeto de pesquisa e a abordagem da História Política<sup>2</sup>. Para tanto, iniciamos a apresentação das principais dimensões conceituais sobre a História Política para, posteriormente, discutirmos a HTP e finalizarmos com apontamentos sobre a importância de ter a imprensa como objeto de pesquisa.

## **História Política:**

### **Considerações sobre a Nova História Política:**

A história política tradicional era, e em certos aspectos ainda é, excessivamente narrativa, linear, descritiva e focada nos humores dos monarcas ou presidentes. Estimulada pelas renovações na historiografia a partir de meados do século XX, em especial pela maior aproximação com outras áreas das ciências humanas, desde a década de 1970 a história política entrou em uma nova etapa, contudo, sem renegar seu passado ou mesmo excluir a necessidade de narrar e descrever. A progressiva expansão da democracia eleitoral e também dos meios de comunicação de massa, colocou novos personagens na cena política. As massas e a imprensa, que eram relegados nos trabalhos tradicionais, passaram a ter gradativo protagonismo nas pesquisas da “nova história política” o que também desempenhou “um papel essencial na afirmação da história do presente” (CHAUVEAU e TÁTART, 1999, p. 15).

Como explica René Rémond, em essência, a política “é a atividade que se relaciona com a conquista, o exercício, a prática do poder” (2003, p. 444). As instituições políticas não

---

<sup>2</sup> Este autor desenvolve a pesquisa de doutorado cujo título é: “De Dilma a Temer: a narrativa do jornal *O Estado de S. Paulo* (2010-2016)” sob orientação do professor doutor João Fábio Bertonha.

são neutras, mas servem de instrumento à classe no poder, logo o Estado/governo deve ser pensado como expressão das disputas de poder entre as classes. No Brasil do tempo presente, o golpe parlamentar pode ser analisado na perspectiva de retomada completa do Estado/governo pela classe burguesa (industrial, bancária, ruralista) e o grupo político a eles associado. No mesmo sentido, o objetivo do golpe foi o controle completo sobre o destino do orçamento público e a possibilidade de aprovação de leis que interessam aos grupos golpistas. Por mais que o lulismo se baseasse na conciliação de classes, treze anos de “reformismo fraco” dos governos Lula e Dilma foram demais para uma classe que se acostumou, ao longo de séculos, a ver o Estado como extensão de suas propriedades privadas (SINGER, 2012) (SOUZA, 2017).

Penso que a reflexão de Rémond pode dialogar com a de Pierre Bourdieu. Embora aquele afirme que não se deve reivindicar hegemonia para a política, é a política que dirige a sociedade, faz leis que autorizam ou proíbem algo, altera legislações trabalhistas ou econômicas, cria, cobra e arrecada impostos que são direcionados conforme as leis e os interesses do governo. Assim, a política não deve ser apenas pensada como permeada ou impermeada de intervenções externas, mas como ponto de condensação numa perspectiva global. Atualmente, o Estado tem cada vez mais atribuições e suas decisões incidem de forma concreta na vida diária de todos os cidadãos. Em diálogo com a perspectiva de Serge Berstein, as decisões políticas devem ser pensadas como fruto de múltiplos fatores. Na sociedade cada vez mais complexa, os interesses políticos são diversos e as escolhas nem sempre coincidem com os rótulos de classes.

Por fim, é importante salientar que a política não segue um desenvolvimento linear, mas é feita de constantes acidentes e rupturas, às vezes inesperadas. Para Rémond, as crises “modificam irremediavelmente o curso das coisas” (2003, p. 449), ou seja, no caso do Brasil, o golpe de 2016 tende a alterar definitivamente os espectros políticos, ideológicos e de lutas sociais no país. Em diálogo com a reflexão de Bloch sobre as sociedades que em tempos de crise se perguntaram se leram corretamente o passado, Rémond (2003) argumenta que, embora determinado acontecimento marque uma geração, é crível se perguntar qual é o sentido que ele tem para a geração seguinte. No Brasil do tempo presente – como parte da intensa propaganda nas redes sociais – é comum encontrar várias gerações reproduzirem afirmações de que “na época da Ditadura que era bom” ou pedirem uma “intervenção militar constitucional” para “salvar o Brasil” da corrupção.

### **A questão da democracia em Rosanvallon:**

Outra reflexão importante sobre o político é encontrada em Pierre Rosanvallon (2010). Para este expoente da Escola Francesa do Político, não é a democracia que está em crise, mas sim a teoria política tradicional que tem dificuldade em perceber o político com um espaço de disputa permanentemente aberto. O trabalho do historiador, então, deve ser o de “apreender o movimento da democracia em sua definição problemática” e não idealizada (2010, p. 92).

Vivemos no Brasil a encruzilhada, talvez mais visível desde 1988, de um fenômeno que se repete em outras nações ocidentais: para alguns, há política demais e o Estado deve ser reduzido; para outros há política de menos e as políticas públicas do Estado devem ser ampliadas. Para o autor, é perceptível, como resultado, o desgaste do político, a decepção com a democracia e os consequentes aumentos das alternativas autoritárias e da influência do mercado no político. Some-se a isso a redução da margem de atuação nacional do político ante a globalização econômica e a constante pressão midiática.

No estudo do político, Rosanvallon chama atenção para a necessidade de se considerar as tensões sociais permanentes geradas por décadas de democracia. Em sociedades democráticas, a estrutura social não é mais produto da natureza, mas continuamente reconstruída e criticada pelos atores sociais em conflito permanente no processo de elaboração das regras para a vida na polis contemporânea. Chega-se, assim, à contradição-matriz do problema: “por um lado, o princípio da cidadania impõe o reconhecimento de uma dívida social ‘objetiva’; por outro, os princípios de autonomia e responsabilidade pessoais valorizam os comportamentos individuais ‘subjetivos’” (2010, p. 84-85). Ou seja, na sociedade atual, não há limite à pressão por mais igualdade, logo, a democracia se torna campo aberto, cujas disputas entre classes e interesses geram resultados incertos.

Ao mesmo tempo que podemos reconhecer a democracia como a melhor solução para o problema da vida em sociedades modernas, as soluções democráticas serão sempre imperfeitas e questionáveis por todos os cidadãos e interesses em conflito. “O caráter vacilante da democracia participa mais profundamente de sua própria essência” (ROSANVALLON, 2010, p. 74). Entre o sonho de alguns e a realidade imposta por outros, estão as divergências acerca da definição do que seja democrático, justo, igualitário, desigual, cidadania, papel do Estado, o conceito de povo, a importância do voto etc. Outro campo aberto ao historiador é a pesquisa sobre o modo pelo qual os indivíduos e/ou grupos /classes elaboram, compreendem e atuam nessas situações.

Para Rosanvallon, outra questão que deve interessar aos historiadores do político é a forma pela qual a democracia se relaciona com a pluralidade de percepções sobre o tempo. A parcela da população que vive na miséria tem necessidades mais urgentes e imediatas de redução da desigualdade, por exemplo, enquanto as classes médias e altas tendem a querer mudanças mais lentas e graduais, quando as admitem. O que uma geração de cidadãos escolheu como ideal pode se converter em algo inadequado ou irrelevante para a geração seguinte e vice-versa – vide o debate sobre os princípios sociais garantidos na Constituição Federal de 1988 que são contestados por parcelas da população ou os pedidos de “intervenção militar constitucional”. A democracia se relaciona com a pluralidade do tempo.

Esses diferentes aspectos, aqui resumidos e simplificados, demonstram que a democracia vive numa crise permanente e prolongada, sujeita a traições, decepções e redefinições conceituais e práticas. Ao historiador, cabe tomar a democracia como objeto de característica sempre aberta, sob tensa disputa, e não como um modelo ideal a ser explorado.

### **O conceito de “campo político” em Pierre Bourdieu:**

Como Wanderley Guilherme dos Santos, parto da hipótese de que o golpe de 2016, embora tenha contato com importantes e decisivas participações de grandes setores do empresariado, da imprensa e mesmo do judiciário, tratou-se de “um golpe de Estado com origem e sustentação parlamentares [...] o comando de todo o processo permaneceu em mãos de parlamentares profissionais” (2017, p.132). Em sentido análogo, Pierre Bourdieu reconhece que toda análise sobre a luta política deve considerar as determinantes econômicas e sociais, porém, “seria um erro subestimar a autonomia e a eficácia específica de tudo o que acontece no campo político” (2011b, p.175) e reduzi-lo a mera ressonância acessória das forças econômicas e sociais.

O conceito de “campo” em Bourdieu pode acrescentar na compreensão sobre a atuação autônoma da classe política em relação à sociedade. Campo é um microcosmo relativamente autônomo no interior do grande corpo social. Por ser autônomo, o campo possui leis, princípios, regras de funcionamento e avaliações internas próprias.

Neste espaço especializado com regras próprias há disputas entre os agentes por melhores posições dentro do campo e, a depender do capital simbólico que cada agente dispõe, mais força ele tem para comandar maiores blocos pelo controle ou hegemonia do campo. É um espaço para profissionais e os de fora do campo, geram pouco efeito no seu interior.

Há o campo político, o campo jurídico, o campo midiático, o campo universitário, etc, com as mesmas características básicas: autonomia de funcionamento interno; censura aos de fora do campo; profissionalização dos agentes; defesa dos interesses dos agentes do campo contra os de fora.

### **O campo político contra a sociedade:**

O conceito de campo nos faz pensar a luta política como separada da sociedade e da maioria da população, cujas opiniões e necessidades não importam ou importam pouco. Os políticos profissionais têm força própria e são, até certo ponto, impermeáveis à opinião pública. Por exemplo, embora as pesquisas de opinião apontassem que a grande maioria da população queria que os deputados votassem a favor da abertura de processo por corrupção contra Michel Temer, os deputados – profissionais do campo político – conseguiram articular contra a vontade da sociedade. O “fora Temer” não diminuiu o capital simbólico que o presidente tem para grande parte do campo político.

Entre os agentes profissionais do campo, tende a haver uma autodefesa cúmplice contra as críticas vindas de fora. O objetivo é defender os interesses profissionais dos agentes e a perpetuação do campo – vide a atuação do Senado em devolver o mandato parlamentar a Aécio Neves. É preciso considerar que muitas vezes, os interesses dos políticos são cínicamente apresentados como sendo os interesses da população e da nação.

Embora o acesso ao campo política se dê pelo voto popular, são os agentes do campo político que detêm o monopólio de promover a oferta de candidatos aptos a serem votados. As regras de financiamento de campanha, cláusula de barreiras, janela para mudança de partidos, proibição de coligações proporcionais, etc feitas pelos políticos têm como objetivo limitar o acesso ao campo político. A autonomia do campo funciona como censura aos agentes externos. Nas palavras de Bourdieu: “uma grande parte das ações realizadas pelos políticos não têm outra função que a de reproduzir o aparelho e reproduzir os políticos” (2011a, p.205).

### **Funcionamento interno do campo:**

Como todo campo, o político tem suas regras específicas para o funcionamento interno. Exige-se, aos que entram no campo, a adesão absoluta às regras do jogo interno, são enfatizadas a submissão aos valores, hierarquias e censuras específicas do campo político sob pena de fracasso e exclusão do campo. É na adesão tácita às regras do campo que está a

origem do conluio solidário entre seus membros com vista a assegurar a manutenção dos seus interesses. Para a manutenção do conluio, a discrição e os segredos são fundamentais. Os que rompem a regra são censurados.

A junção entre capital político simbólico – adquirido ao longo de anos de atuação no campo político – e competências específicas para atuar no campo é que possibilita o maior sucesso no jogo interno. A atuação no campo político exige dedicação exclusiva, o que dificulta a entrada/permanência de *outsiders*, pobres, mulheres ou militantes sociais e facilita a de filhos ou netos de políticos.

As estratégias de atuação dos agentes políticos dependem da posição que eles ocupam dentro do campo. Bourdieu (2011a) aponta para a tendência de se concentrar poder nas mãos de uma oligarquia de políticos que comandam o jogo dentro do campo, conduzem a maioria dos deputados que dispõem de pouco capital político simbólico e, portanto, ficam a reboque das grandes decisões.

Os políticos de grande capital simbólico dominam os partidos ou blocos de partidos/políticos e assim conseguem impor seus interesses pessoais na condução de grande quantidade de políticos. Na crise que resultou no golpe parlamentar de 2016, é possível pensar na hipótese de que o grupo de deputados ligados a Michel Temer e Eduardo Cunha conseguiu conduzir centenas de outros políticos na votação do *impeachment* de Dilma, quando o Brasil se deu conta da grande quantidade de deputados desconhecidos pela população e que votaram a favor do *impeachment* não por considerar que “pedalada fiscal” seja crime de responsabilidade, mas sim por cumprirem as determinações ditadas por oligarcas do campo político.

Não queremos aqui insinuar que o campo político seja um local homogêneo. Há frações internas e acirrada concorrência entre os profissionais do campo político com o objetivo de disputar eleitores e, assim, alcançar o poder do Estado. Bourdieu (2011b) enfatiza que as possibilidades e estratégias de cada agente no interior do campo são determinadas pela posição que ocupam dentro dele. O limite para a disputa dentro do campo, porém, está na capacidade que cada um dispõe de mobilizar as forças sociais e econômicas de fora do campo. O golpe parlamentar de uma fração do campo político sobre outra foi possível graças à capacidade que a fração golpista teve de mobilizar o campo empresarial e o campo midiático a seu favor, além de expressivas parcelas da classe média.

### **Considerações finais sobre o conceito de campo:**

Consideramos que o conceito de campo pode ser válido na compreensão sobre o golpe parlamentar de 2016 no Brasil e a atuação da classe política impermeável às críticas originadas de fora. O fato de grande número de intelectuais dizer que “pedalada fiscal” não era crime, pouco importou na decisão tomada pelos políticos – idem quanto às críticas de intelectuais à sentença do juiz Sérgio Moro, confirmada pelo TRF4 que condenou o ex-presidente Lula da Silva, ou seja, o Judiciário também atua como um “campo” impermeável às críticas. A pouca adaptação de Dilma Rousseff às regras internas do campo político, podem ter contribuído para a sua deposição.

A estrutura organizacional de um campo deve ser encarada como o resultado do desenvolvimento de um longo processo histórico. No Brasil, a forma atual do “presidencialismo de coalizão” é esse resultado, ao qual o filósofo Marcos Nobre (2013) prefere conceituar como “pemedebismo”: a prática comum de atuação parlamentar que alia as características da chantagem política por cargos e verbas no governo em troca de votos no Congresso e a blindagem que a classe política se dá contra o avanço das demandas sociais e da participação popular na política.

Por fim, importante mencionar em diálogo com o nosso objeto de pesquisa, que Bourdieu (2011b) também alerta que o campo político não é um império totalmente alheio aos de fora do campo. Necessidades e críticas externas ao campo, de alguma forma, repercutem dentro dele. A rivalidade com outro campo, idem – vide a constante queda de braço entre o campo judiciário e o campo político nos episódios envolvendo a Procuradoria-Geral da República, o Supremo Tribunal Federal e o Congresso Nacional. Além disso, o campo da imprensa também é capaz de gerar crises/fissuras/consolidações dentro do campo político – vide a atuação da grande imprensa em defesa da constitucionalidade do *impeachment*.

### **O conceito de “cultura política”:**

Para além de considerar os jogos de poder, Jean Sirinelli (1999) lembra a importância de abarcar as formas de apreensão e representação que os atores políticos e sociais fazem sobre a política e seu funcionamento. Para ele, a realidade é multiforme e a utilização de múltiplos enfoques permite que o historiador do político atente-se para fenômenos que aparentemente não fazem parte da essência do jogo político, mas que, na verdade, são inerentes a ele, como os fenômenos de representação.



Inserida nas renovações da História Política, o conceito de “cultura política” está na articulação daquela com a História Cultural. A perspectiva cultural, isto é, como a sociedade percebe e representa o mundo, pode contribuir para uma análise mais completa da política. Como Berstein (1998) argumenta, o conceito de cultura política ajuda a ver a política como um fenômeno de múltiplos parâmetros e complexos comportamentos humanos.

Entre os desafios lançados ao historiador do político está o de tentar compreender porquê o indivíduo adota este ou aquele comportamento político e eleitoral, porquê apoia ou protesta contra um determinado governo. As explicações tradicionais argumentam para adesões racionais, determinismos sociológicos ou comportamentos psicanalistas. Berstein reconhece a importância e relevância de tais explicações, porém argumenta que “esse sistema de representações, a que os historiadores deram o nome de cultura política, é que lhes permite tornar mais inteligíveis os fatos” (2009, p.31) que permanecem pouco compreensíveis.

Assim, inserida no quadro das representações que a sociedade faz de si mesma, o conceito permite auxiliar no interesse do historiador em descobrir as raízes de filiação individual a determinada cultura política, o que seria a chave de compreensão para os comportamentos coletivos na política. Um dos temas a se analisar no Brasil do tempo presente é a mentalidade de grandes setores da classe média branca que foram às ruas pelo *impeachment*, “contra a corrupção e o perigo comunista do PT”. Ao focar na compreensão dos sentidos, “o conceito de cultura política permite explicações/interpretações sobre o comportamento político de atores individuais e coletivos, privilegiando suas percepções, suas lógicas cognitivas, suas vivências, suas sensibilidades” (GOMES, 2005, p.30).

Por cultura política, entende-se um conjunto de representações, valores, normas, concepções sobre o passado, seus fatos e personagens, que permitem ao indivíduo criar a sua identidade política. Trata-se de um fenômeno coletivo de longa duração que perpassa gerações, gêneros e classes sociais. É resultado do banho cultural que o indivíduo está imerso, ou seja, a cultura política é adquirida ao longo de anos de contatos familiares, escolares, profissionais, religiosos, midiáticos etc, para além do reducionismo dos partidos políticos.

Berstein enfatiza que por conta da multiplicidade de influências que o indivíduo recebe diariamente, não há que se falar em doutrinação. No entanto, o mesmo autor afirma que não apenas os partidos, mas também intelectuais, associações diversas – empresariais, sindicais etc – e a imprensa atuam no sentido de propagar determinadas culturas políticas. No caso do Brasil atual é de se considerar a atuação da imprensa no sentido de reforçar a cultura política anticomunista no propósito golpista e defender uma cultura política neoliberal consoante às iniciativas do governo Michel Temer.

É preciso salientar ainda que, embora possa haver uma cultura política hegemônica, diversas outras coexistem ao mesmo tempo e disputam espaço, corações e mentes. A análise sobre a cultura política deve transpassar os recortes de classe, gênero, etnia, gerações e geografias. Por fim, um alerta de Berstein que julgo valer também para todos os conceitos a serem utilizados em pesquisas acadêmicas: “não se trata de uma chave universal e única de compreensão do político [...] ela é apenas um elemento de explicação entre outros”, bem como “convém questionar sua pertinência para o período mais contemporâneo” (2009, p.44-45).

### **História do Tempo presente:**

#### **Surgimento e pertinência da História do Tempo Presente:**

Embora seja amplamente aceita, na historiografia, a possibilidade e a pertinência de se falar e fazer História do Tempo Presente (HTP), durante o século XIX e boa parte do século XX, o passado recente era visto como um campo da sociologia e não da história. O que talvez fugia aos críticos era a percepção de que a HTP já era feita por Heródoto e Tucídides. Dizia-se, erroneamente, que somente a distância temporal é que propiciaria ao pesquisador a isenção necessária em pesquisas exclusivamente documentais quando os partícipes do acontecimento já estivessem mortos.

Durante muito tempo a ideia de não estudar o presente foi uma das regras do campo da história, porém, como toda regra, ela nunca foi totalmente seguida. A crescente requisição do público leitor sobre explicações históricas acerca do presente, levou alguns historiadores e principalmente amadores ou jornalistas a fazerem trabalhos que tinham o presente como objeto. Tais trabalhos amadores tinham nítido viés de ação e intervenção política no presente. Os problemas gerados levaram historiadores franceses a iniciarem as primeiras cátedras universitárias com objetivos de pesquisar o contemporâneo (FERREIRA, 2000).

A revolução que a *Annales* promoveu sobre as fontes e metodologias para a pesquisa em história não chegou a revolucionar também o recorte temporal a ser estudado. Salvo algumas exceções, o foco continuou sendo as sociedades antigas, medievais ou modernas. Foram as profundas rupturas políticas, econômicas e sociais, em especial a partir da Segunda Guerra Mundial, seus antecedentes e consequências, que alteraram a percepção sobre o tempo histórico.

Os debates acadêmicos dos anos 1960-70 levaram à confirmação de que os estudos sobre o passado são feitos a partir das necessidades e questionamentos do presente ou, como

sintetiza Eric Hobsbawm, “toda história é história contemporânea disfarçada” (1998, p. 243). O marco dessa alteração foi a criação do Instituto de História do Tempo Presente (IHTP), por Françoise Bédarida na França em 1978, e similares em outros países que se dedicaram aos estudos do pós-Segunda Guerra (MULLER, 2007).

### **A questão do recorte temporal:**

No contexto de avanço da HTP, permanece a discussão sobre onde começa a história contemporânea e se o recorte clássico em 1789 ainda é válido. Fato é que, como escreve Rui Bebiano, não se pode deixar de “reconhecer a definição de uma nova construção identitária a partir do final da Segunda Guerra Mundial” (2001, s/p), bem como de reconhecer o recorte proposto por Hobsbawm de um “breve século XX” (1995).

Mas permanece a questão: onde começa e onde termina o recorte para uma HTP? Em Pieter Lagrou (2007) temos que a HTP possui fronteiras móveis, ou seja, o presente recomeça a cada nova/última ruptura e o antigo tempo presente passa a ser passado diante dessa nova conjuntura surgida. É preciso abandonar a ideia de que o tempo presente é o que possui sobreviventes do acontecimento a ser analisado. Assim, o pesquisador do IHTP defende que, desde a queda do muro de Berlim e fim da União Soviética, é necessário constatar que a HTP se encontra em uma nova situação. Seriam os acontecimentos do 11 de setembro uma nova ruptura?

Lagrou aponta duas características essenciais da HTP: o “*continuum* entre o período estudado e o momento da escrita” (2007, p.36), isto é, a unidade temporal entre o pesquisador e o seu objeto; e o fato de que o período estudado ainda não está fechado, ou seja, seus resultados e desdobramentos ainda estão em disputa pelos atores sociais, políticos e econômicos. Pela conjunção das duas características, importa dizer que é “impossível de extrair o observador do observado; o historiador não está apenas envolvido com sobreviventes, ele é um deles” (LAGROU, 2007, p.35).

É forçoso pensarmos sobre a partir de qual recorte podemos falar de uma HTP da história política do Brasil. O mais clássico, e talvez já equivocado recorte é o de 1964 com o golpe civil-militar, porém pesquisas recentes têm apontado para 1979 na Lei da Anistia, como fim daquele contexto ditatorial militar, outros para 1985 com o primeiro governo civil de transição, mas sem ruptura, outros apontam ainda para a promulgação da Constituição Federal de 1988 que criou as novas regras para o jogo político.

Polêmicas à parte, também é forçoso reconhecer que o golpe parlamentar de 2016 gerou uma nova ruptura na história do Brasil que pode ter alterado a móvel fronteira da HTP no país. Por ruptura, pensamos além da político-institucional, pois acentua-se o ataque aos direitos sociais da Constituição; retoma-se o avanço neoliberal para uma nova concepção econômica de Estado mínimo; radicaliza-se o embate ideológico entre a população; consolida-se o Poder Judiciário como um importante jogador a mover peças no xadrez político.

### **O que estuda a HTP:**

É equivocado pensar que a HTP estuda tão somente o acontecimento presente e no presente. Na verdade, a HTP busca, no passado, as explicações para o fato que se desenrola aos olhos dos viventes do presente. O historiador, independente do recorte temporal a que dedica sua pesquisa, como explica Serge Berstein e Pierre Milza:

Tenta restituir a evolução na duração que permite compreender por que processo chegou-se à situação presente: ele se dedica a descrever as estruturas cujas transformações dão conta da emergência factual de fenômenos cuja gênese se situa sempre a médio ou longo prazo (1999, p. 127).

Ainda segundo os mesmos autores, “o historiador do presente está preocupado com o peso esmagador do passado, às vezes remoto, no qual se situa o princípio de toda explicação histórica” (1999, p. 128). Ou seja, a busca pelo sentido do acontecimento no presente exige um complexo trabalho de reconstrução da influência do passado no presente. Dois exemplos: o golpe parlamentar no Brasil não aconteceu apenas em 2016, ele precisa ser entendido como resultado da longa duração das disputas políticas, ideológicas, classistas e econômicas do país; a tentativa de independência da Catalunha não começa agora em 2017, mas deve ser analisada levando-se em conta a histórica relação entre espanhóis e catalães. São os efeitos do passado que emergem no presente.

Como argumenta Lagrou, “o fato de que uma nova ruptura produziu-se, e de que a ‘história do tempo presente’ se debruça a partir de agora sobre o passado, permitirá medir bem melhor o impacto da ruptura precedente” (2007, p. 41). Assim, a última ruptura nos força olhar para o passado a fim de melhor compreender o presente. A HTP é o estudo do passado sem fronteiras, pois “fora das amarras de uma cronologia que busque sua delimitação com um passado” (MULLER, 2007, p.23) é possível compreender o presente.

Na feliz definição de Roger Chartier, a HTP inventou um grande tema de pesquisa: “o estudo da presença incorporada do passado no presente das sociedades” (2006, p.216). Pierre

Nora (1989) é direto na provocação ao dizer que há um tipo de história de língua morta que só os historiadores entendem e a eles interessa, e há outro tipo de história viva que interessa diretamente a toda a coletividade de viventes. Esta é a HTP.

Nesse sentido, a demanda social por estudos que expliquem historicamente o presente pressionam os historiadores ao trabalho. Apesar das dificuldades, é necessário fazer HTP. É preciso, porém, admitir que, uma vez que o objeto da HTP ainda não está fechado, mas acontecendo enquanto o historiador o pesquisa e publica, a interpretação produzida é sempre mais provisória do que as interpretações de outros recortes temporais. A questão primordial é que essa interpretação precisa ser enraizada no passado a fim de evitar a tentação de cair no amadorismo anedótico ou na crônica do senso comum.

### **Problemas e desafios metodológicos para a HTP:**

Uma vez que o acontecimento analisado pelo historiador do tempo presente ainda não está fechado ou concluído, mas sim aberto e indefinido, conforme ele se desenrola também o seu sentido muda. O acontecimento analisado não é estático e mesmo a imprensa, ao trabalhar para consolidar uma narrativa interpretativa, atua no desenrolar do acontecimento. Por isso, Adam Schaff (1987) enfatiza que é mais difícil escrever a história recente porque ao contrário de outros recortes temporais, os acontecimentos ainda não revelaram completamente os seus efeitos.

François Bédarida (2006) aponta outros desafios para o historiador do tempo presente. A crescente complexidade do mundo contemporâneo aumenta a quantidade de fatores a serem considerados na análise, o que dificulta o encontro dos elementos unificadores para a escrita de uma história que seja totalizante. Para contornar o problema, exige-se maior domínio da historiografia recém produzida sobre o recorte. Para evitar uma explicação por demais fragmentada, Bédarida reforça a necessidade de se atentar a dois problemas: “da coerência e do sentido; e o problema da globalidade” (2006, p.225).

João Fábio Bertonha (2012) aponta três problemas pertinentes, embora superáveis, à pesquisa para a HTP: o excesso de fontes; a subjetividade do pesquisador; a mudança de perspectivas sobre o acontecimento ao longo da pesquisa – sobre o qual já nos referimos acima. Some-se a isso o enfrentamento da “memória viva” dos agentes sociais que participam da HTP e atuam na batalha de narrativas.

Enquanto para o historiador do medievo a escassez de fontes pode se constituir no problema, para o do tempo presente o excesso de fontes dá uma falsa impressão de maior

facilidade. Vive-se numa época de abundância de fontes produzidas pela imprensa e de fácil acesso aos acervos digitais dos veículos de comunicação. No mesmo sentido, a democratização da internet permitiu a superabundância de testemunhos publicados sobre o presente. O uso de fontes jornalísticas é fundamental para a HTP, porém exige redobrar os habituais cuidados metodológicos.

Pelo fato de o historiador ser partícipe do acontecimento que estuda, costuma-se levantar o problema de sua subjetividade na pesquisa. Tal alerta é sempre válido, porém é preciso reconhecer que o mesmo serve para outros recortes temporais. Todo conhecimento é influenciado subjetivamente, entretanto, ao atuar eticamente no manejo das fontes e metodologias da pesquisa, o historiador do tempo presente também se aproxima da verdade e do conhecimento científico.

Como fazer HTP sem tudo julgar? Nenhuma história deve ser feita visando conduzir algumas figuras e acontecimentos ao pódio de prêmios ou ao tribunal de exceção. Porém, Bédarida afirma que “o historiador não pode furtar-se à sua responsabilidade moral como pessoa e como cidadão” (2006, p.226) e repete em Rabelais que “ciência sem consciência é somente ruína da alma” (2006, p.227). Por fim, Márcia Motta também enfatiza o desafio de manter-se distante do senso comum e das opiniões políticas interesseiras no tempo presente. Enfatiza que o distanciamento do historiador se dá não pelo recorte temporal, mas pela ética, pelo manejo cuidadoso das próprias opções políticas, pois “vincular-se a uma história do tempo presente não significa encobrir os acontecimentos e as lembranças que às vezes desnudam a incompletude do homem, suas contradições e incertezas. É preciso certa dose de coragem” (2012, p.35) para fazer HTP.

### **Como atua o historiador da HTP:**

Em geral, a finalidade do trabalho de qualquer historiador, independente do tempo histórico a que dedique sua análise, conforme Jean Lacouture, é a produção de uma “linha de inteligibilidade, de uma relação entre causas e efeitos, meios e fins, barulho e sentido” (1998, p.217). O mesmo serve para o historiador do tempo presente. Não se deve isolar o objeto, nem abordar apenas o instante presente. É preciso identificar o problema, classificar as fontes, montar as hipóteses e racionalizar a explicação para não fugirmos do mesmo objetivo de Eric Hobsbawm: “compreender e explicar *por que* as coisas deram no que deram e como elas se relacionam entre si” (1995, p.13).

Cabe ao historiador do tempo presente, a partir das fontes e da sensibilidade de sua vivência, apresentar o primeiro esboço de interpretação para o acontecimento. Para isso, é preciso uma intensa interdisciplinaridade e atenção aos detalhes que envolvem o tema. René Rémond (2006) foi preciso ao enfatizar que, por conta de suas particularidades, a pesquisa em HTP deve atentar aos detalhes, pois uma vez que o acontecimento ainda está aberto, é difícil estabelecer tendências, continuidades, rupturas e estabilidades as quais são possíveis para pesquisadores de outros períodos que já conhecem seus desfechos.

Pensando o caso da política no Brasil atual, consideramos necessário enfatizar os detalhes do jogo político, as idas e vindas nas alianças e rupturas dos partidos e atores políticos, as entrelinhas das entrevistas, as cartas que cada um jogou ou escondeu ao longo dos anos de crise. Além disso, a pesquisa deve atentar para as múltiplas interpretações já produzidas, seja por outros pesquisadores, pela imprensa ou mesmo pelos próprios atores políticos. Tudo isso é possível ao cruzar fontes e fazer as perguntas adequadas a elas.

Críticos da HTP insistem que o não conhecimento sobre o desfecho do acontecimento impede ou fragiliza a pesquisa. Os defensores da HTP reconhecem a validade da crítica, porém, enfatizam que isso pode ser o seu ponto forte. Lacouture (1998) diz que conhecer o desfecho pode levar o historiador a, por exemplo, subestimar a força do vencido ou mesmo sucumbir diante da tentação de uma história teleológica. Rémond argumenta que a HTP “é um bom remédio contra a racionalização a posteriori, contra as ilusões de ótica que a distância e o afastamento podem gerar” (2006:209). Por exemplo, o historiador que hoje pesquisa o século XV pode cair no anacronismo de buscar ou enfatizar uma problemática que não estava posto para os viventes daquele período história.

Uma vez que a HTP é feita de análises provisórias, ela é constantemente reescrita e renovada conforme os acontecimentos se desenrolam ou se fecham. Tal característica torna a HTP “o lugar mais privilegiado para a análise do embate entre história e memória” (MOTA, 2012, p.30) ante a amnésia social. Ao historiador do tempo presente cabem também as tarefas inerentes à profissão: estabelecer a verdade histórica sobre o acontecimento e explicar a evolução das representações sobre o passado (ROUSSO, 2006). Como nos primeiros trabalhos publicados no calor da hora do golpe de 1964, a HTP pode apontar questões que serão posteriormente mais detalhadas em outras pesquisas.

No Brasil em que o revisionismo historiográfico amplifica o senso comum de que “na Ditadura que era bom”, que “essa é a maior crise econômica da história do país” ou então que “nunca antes a corrupção foi tão institucionalizada”, o desafio para a HTP está posto em retirar a aparente obviedade dita pela grande imprensa ou pelas “fake news” das redes sociais.

Sobre as representações, Ana Maria Maud é enfática: “o historiador do presente não faz outra coisa senão perseguir significações no processo contínuo de produção em massa de acontecimentos pela mídia” (MAUAD: 2007, s/p). No mesmo sentido, Maria Helena Capelato, que há anos dedica suas pesquisas à imprensa como fonte e objeto, reforça a importância do tema. Para ela, o estudo da imprensa permite “constituir, de forma pormenorizada, os acontecimentos que ela registrou, comentou e nos quais participou na condição de agente do processo” (2014, p. 300).

### **HTP e imprensa:**

É comum nos textos sobre HTP a referência à experiência vivida pelo historiador Pierre Nora em maio de 1968. Da varanda de seu apartamento em Paris, ao mesmo tempo que presencia os protestos e repressão policial, ele narra e comenta ao vivo o desenrolar dos acontecimentos para uma rádio. A partir dali, como explica François Dosse (2013), fica perceptível que a imprensa possui extraordinária capacidade de amplificação do acontecimento no tempo presente, podendo levá-lo imediatamente para todos os cantos do país e do mundo. Portanto, para o tempo presente e o historiador que se dedica a este recorte, é ilusório separar o acontecimento da imprensa:

Longe de ser uma relação de externalidade, as *mass media* participam plenamente da própria natureza dos acontecimentos que elas transmitem. Cada vez mais, é através delas que o acontecimento existe. Para ser, o acontecimento deve ser conhecido, e as mídias são de maneira crescente os vetores dessa tomada de consciência (DOSSE, 2013, p.260).

Questão importante é que, junto à transmissão do acontecimento, a imprensa espalha interpretações sobre ele, sejam elas dos jornalistas que noticiam o fato ao vivo, sejam dos especialistas convidados para comentá-lo. No mundo das redes sociais, os cidadãos interagem com a imprensa, com outras pessoas e até mesmo com os agentes do acontecimento. Tudo isso somado dá, ao cidadão mais comum, a sensação de que fazem parte do fato.

O historiador do tempo presente não deve desconsiderar as empresas de mídia como partes interessadas nos acontecimentos. Ao reafirmar que a nova função do historiador é decifrar a construção do sentido da mensagem midiática, Dosse (2013) elenca as três etapas pelas quais a imprensa intervém no desenrolar do acontecimento e de sua compreensão pela população: 01- a descrição segundo a ótica da empresa jornalística; 02- o enredamento narrativo onde alguns aspectos são mais enfatizados do que outros; 03- a normalização que



reduz a complexidade do acontecimento a uma tipificação determinada. Todas essas etapas não são imparciais, mas sim carregadas de cunho ideológico.

A intervenção da imprensa na descrição do acontecimento, carregada de uma perspectiva avaliativa, favorável ou desfavorável conforme a ótica da empresa/jornalista, pesa principalmente sobre a recepção que a população faz sobre o fato. Para Pierre Nora, nos tempos atuais “somente a imprensa dispõe de uma gama de virtualidades sem rivais, um leque excepcionalmente rico de manipulação da realidade” (1979, P.182). Para Nora, cabe à HTP avaliar se o desenvolvimento de uma classe média de leitores e consumidores da grande imprensa impacta na política.

Outro aspecto importante também apontado por Nora (1979) para a HTP e sua relação com a imprensa é a teatralidade própria dos acontecimentos contemporâneos. Em tempos de redes sociais, as cenas são imediatamente tornadas públicas e os agentes nela envolvidos podem acompanhar as reações do público e mudar sua ação/fala no teatral jogo político – vide os depoimentos de políticos em CPIs ou menos no plenário da Câmara/Senado. A espetacularização tirou a neutralidade do acontecimento e a mídia de massa inflacionou a quantidade de acontecimentos pelos quais as massas são bombardeadas a cada momento.

Se antes aconteciam coisas que impactavam na vida das pessoas e elas sequer ficavam sabendo, ou o ficavam com defasagem ao menos de várias horas, hoje as mídias de massa mudaram a percepção sobre o presente e a história – vide o áudio entre Dilma e Lula vazado pelo juiz Sérgio Moro para que a Rede Globo o colocasse no ar imediatamente e tumultuasse ainda mais a cena política.

Para a compreensão mais completa do golpe parlamentar de 2016 no Brasil, é indispensável considerar a atuação da imprensa brasileira e sua capacidade de amplificação da crise política. Foi perceptível que a grande imprensa atuou ideologicamente na construção de uma narrativa de que a crise econômica era culpa da presidenta Dilma Rousseff; que o *impeachment* era constitucional; e manteve o foco dos escândalos de corrupção apenas no Partido dos Trabalhadores, ao publicar e enfatizar seletivamente denúncias contra políticos do partido. Além disso, convocou e transmitiu ao vivo manifestações contra o governo e não teve a mesma atuação em manifestações pró-governo – como explicar o golpe sem as imagens das manifestações verde-amarelas e o impacto que tiveram na mentalidade coletiva? Tudo acompanhado diariamente por explicações de “especialistas” que corroboravam as opiniões da empresa jornalística. Mais ainda, é possível argumentar e necessário pesquisar sobre o cerco contínuo da imprensa em torno do governo Dilma, desde sua eleição em 2010, que

resultou em mais desestabilização política, ampliação do clima pessimista e promoção de uma solução via dissolução da presidenta eleita (GONÇALVES, 2018).

### **O estudo da imprensa e da opinião pública:**

Percebe-se a grande importância que a imprensa tem para a HTP, seja ela considerada fonte ou objeto da pesquisa. Vale o alerta de Lacouture (1998) que não se pode confundir as áreas da história e do jornalismo. O que as separa é a intensidade da análise e do cruzamento de fontes que faz o historiador. Nesse sentido, no livro/manifesto organizado por René Rémond (2003) com objetivo de mapear a área da “nova história política” e apontar caminhos e perspectivas para o tema, há dois capítulos que nos interessam aqui.

Como em presas capitalistas que são e que publicam variados anúncios de outras empresas capitalistas e mesmo de agências estatais, sabe-se que nem sempre a exatidão e a independência dominam os conteúdos dos jornais e seus editoriais. Porém, é preciso reconhecer que, embora atue na elaboração da opinião pública, a imprensa é “produtora considerável de informações diversas, que esclarecem as atitudes e os comportamentos: ela noticia reuniões políticas, o número de participantes, traz relatos de manifestações” (BECKER, 2003, p. 196-197), portanto, importante e necessária fonte para as pesquisas em HTP.

Ao ter a mídia como objeto de pesquisa, é necessário analisar: qual a influência da imprensa sobre a formação da opinião pública; se políticos e empresário influenciam e são influenciados pela mídia; qual a contribuição da imprensa para criar um clima favorável ou de crise a um determinado governo ou política pública; quem financia a imprensa; seus vínculos políticos e empresariais (JEANNENEY, 2003). Em tais pesquisas, o olhar do historiador, além de saber como os fatos ocorreram, analisa principalmente como eles foram percebidos, noticiados, ressignificados e narrados pela imprensa. Parte-se da premissa de que uma política pública ou governo que conte com apoio da imprensa tem mais chances de se sustentar do que a/o que receba oposição ostensiva dos meios de comunicação.

É difícil determinar até que ponto a opinião pública é fabricada. Jean Becker (2003) aponta que a imprensa deve ser analisada como meio de pressão sobre a opinião pública, porém sustenta que tal pressão tem mais chance de ser bem sucedida na medida em que acompanha a tendência já existente na sociedade. No caso do Brasil, é preciso considerar a histórica atuação conservadora e anticomunista da imprensa e, mais recentemente, seu empenho na defesa de um modelo neoliberal de Estado (FONSECA, 2005).

Além disso, Becker (2003) alerta que a opinião pública não é uma dentro da sociedade. Para ele, a cada momento a opinião pública é resultado de uma complexa alquimia entre a mentalidade coletiva e o contexto atual. Aquela está na longa duração e esta no breve tempo de um acontecimento delimitado. O historiador que lida com a imprensa percebe que os editoriais dos grandes jornais costumam usar a expressão “a opinião pública pensa isso e deseja aquilo” para dissimular as vontades próprias do grupo político, empresarial e ideológico ligado ao jornal. No mesmo sentido, para justificar a falsa necessidade de políticas econômicas neoliberais e admitir que pressão da burguesia sobre a política, a imprensa abusa de expressões como “o mercado deseja isso e quer aquilo”.

### **Considerações Finais:**

Pensamos que as indicações teóricas e metodológicas apontadas neste curto artigo podem servir como ponto de partida para uma reflexão mais ampla sobre a política e a atuação da imprensa na crise que depôs a presidenta Dilma Rousseff. Ao responder de forma positiva sobre a viabilidade de uma história do presente, Jean-Pierre Rioux argumenta que:

uma reflexão histórica sobre o presente pode ajudar as gerações que crescem a combater a atemporalidade contemporânea, a medir o pleno efeito destas fontes originais, sonoras e em imagens, que as mídias fabricam, a relativizar o hino à novidade tão comumente entoado, a se desfazer desse imediatismo vivido que aprisiona a consciência histórica (1999, p. 46).

O fato é que, como defende Lacouture (1998), diante de cenários de convulsão social e crises homéricas, a HTP é necessária. Levar ao público a narrativa sobre os acontecimentos e as primeiras explicações é parte do compromisso intelectual que Marc Bloch (2011) nos cobra e como se pergunta Rémond (2006), podem ter efeitos imediatos no próprio tempo presente.

### **Referências Bibliográficas:**

BEBIANO, Rui. **Temas e problemas da história do presente**. Disponível em <<http://www1.ci.uc.pt/pessoal/rbeiano/docs/estudos/hrecente.pdf>>.

BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. In: RÉMOND, René (org.) **Por uma história política**. Rio de Janeiro: editora FGV, 2003.

BÉDARIDA, François. Tempo presente e presença na história. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: editora FGV, 2006.

- BERSTEIN, Serge e MILZA, Pierra. Conclusão. In: CHAUVEAU, Agnes e TÁTART, Philippe (orgs.) **Questões para a história do presente**. Bauru: Udesc, 1999.
- BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François (org.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampo, 1998.
- BERSTEIN, Serge. Culturas políticas e historiografia. In: AZEVEDO, Cecília et al (org.). **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: editora FGV, 2009.
- BERTONHA, João Fábio. **Problemas e questões da história do tempo presente**. Cadernos de História, v.7, n°1, 2012.
- BLOCH, Marc. **A estranha derrota**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História, ou, O ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n°5, 2011a.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011b.
- CAPELATO, Maria Helena. História do tempo presente: a grande imprensa como fonte e objeto de estudo. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves e FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). **História do tempo presente**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.
- CHARTIER, Roger. A visão do historiador modernista. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: editora FGV, 2006.
- CHAUVEAU, Agnes e TÁTART, Philippe. Questões para a história doo presente. In: (orgs.) **Questões para a história do presente**. Bauru: Udesc, 1999.
- DOSSE, François. **Renascimento do acontecimento: um desafio para o historiador entre Esfinge e Fênix**. São Paulo: Unesp, 2013.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. **História do tempo presente: desafios**. Cultura Vozes, Petrópolis, v.94, n°3, p.111-124, maio/jun., 2000.
- FONSECA, Francisco. **O Consenso Forjado: a grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil**. São Paulo: Editora Hucitec, 2005.
- GONÇALVES, Miriam (org.). **Enciclopédia do golpe – vol. 2: o papel da mídia**. Bauru: Canal 6, 2018.
- HOBBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOBBSBAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- JEANNENEY, Jean-Noël. A mídia. In: RÉMOND, René (org.) **Por uma história política**. Rio de Janeiro: editora FGV, 2003.
- LACOUTURE, Jean. A história imediata. In: LE GOFF, Jacques *et al.* **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- LAGROU, Pieter. Sobre a atualidade da História do Tempo Presente. In: PORTO JR, Gilson (org.). **História do tempo presente**. Bauru: Edusc, 2007.
- MAUAD, Ana Maria. Dimensões do presente: palavras e imagens de um acontecimento, os atentados ao World Trade Center e ao Pentágono em 11 de setembro de 2001. In: PORTO JR, Gilson (org.). **História do tempo presente**. Bauru: Edusc, 2007.

- MOTTA, Márcia Maria Menendez. História, memória e tempo presente. In: CARDOSO, Ciro e VAINFAS, Ronaldo (org.). **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- MULLER, Helena Isabel. História do tempo presente: algumas reflexões. In: PORTO JR, Gilson (org.). **História do tempo presente**. Bauru: Edusc, 2007.
- NOBRE, Marcos. **Imobilismo em movimento: da abertura democrática ao governo Dilma**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- NORA, Pierre. O acontecimento e o historiador do presente. In: LE GOFF, Jacques *et al.* **A nova História**. Rio de Janeiro: Edições 70, 1989.
- NORA, Pierre. O retorno do fato. In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre (org.). **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979.
- RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: editora FGV, 2003.
- RÉMOND, René. Algumas questões de alcance geral à guisa de introdução. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: editora FGV, 2006.
- RIOUX, Jean-Pierre. Pode-se fazer uma história do presente? In: CHAUVEAU, Agnes e TÁTART, Philippe (orgs.) **Questões para a história do presente**. Bauru: Udesc, 1999.
- ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história do político**. São Paulo: Alameda, 2010.
- ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: editora FGV, 2006.
- SCHAFF, Adam. **História e verdade**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- SINGER, André. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- SIRINELLI, Jean-François. L'Histoire politique et culturelle. **Sciences Humaines**, Paris, n. 15, 1997.
- SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro, Leya, 2017.